CAPÍTULO 3

ASPECTOS SOCIOLABORAIS DOS TRABALHADORES ADERENTES A EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL[1]

Patrícia Sorgatto Kuyven[2]
Luiz Inácio Gaiger[3]
Sandro Pereira Silva[4]

1 INTRODUÇÃO

O segundo Mapeamento de Economia Solidária no Brasil, realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) entre 2010 e 2013 para compor um incipiente Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies), indicou que pelo menos 1,4 milhão de pessoas atuam como sócias de iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda, que são genericamente chamados de *empreendimentos econômicos solidários* (EES). Levando em conta que dos 200 milhões da população brasileira, 157 milhões estavam em idade ativa, e, destes, 102,5 milhões estavam economicamente ativos, deduz-se que, em 2013, 1,7% da população economicamente ativa estava inserida em atividades sob essa perspectiva.

Muitos desses trabalhadores, sobretudo aqueles inseridos em empreendimentos menores, fortemente marcados pela informalidade, encontram-se numa fronteira tênue entre a permanência no grupo produtivo, a realização de "bicos" ocasionais para a complementação da renda familiar e a desocupação (Cunha, 2012).

Conforme descrito em Kuyven (2016) e Silva e Carneiro (2016), esse montante está possivelmente subestimado, pois o contexto de realização do mapeamento da Senaes indicou que os EES mapeados foram aqueles com os quais se conseguiu contato na época, e, em alguns estados, não se alcançou a meta de revisitar todos aqueles que já haviam sido registrados no primeiro mapeamento, ocorrido entre 2005 e 2007. Pode-se, então, presumir que a magnitude da economia solidária no Brasil é superior aos dados apresentados pelo mapeamento.

---

1. Este capítulo refere-se a uma versão revisada de texto publicado pelo Ipea no boletim *Mercado de Trabalho*, n. 61. Disponível em: <https://bit.ly/3d2enOJ>.

2. Professora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). *E-mail*: <patriciakuyven@gmail.com>.

3. Professor na Unisinos. *E-mail*: <gaiger@unisinos.br>.

4. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <sandro.pereira@ipea.gov.br>.

Os dados da base do Sies fornecem uma gama de informações que permitem conhecer a quantidade de EES, sua distribuição ao longo do território nacional e suas principais características organizacionais, o que possibilitou o surgimento de uma série de novos estudos quantitativos sobre o universo da economia solidária no Brasil (Silva, 2018b). Contudo, apesar de estimar o contingente de trabalhadores envolvidos, os dados focaram especialmente nas dimensões estruturais dos empreendimentos, sem se aprofundar na realidade dos associados, o que dificulta a realização de análises mais voltadas à situação social desse grupo.

Para resolver parte dessa lacuna, a Senaes buscou identificar também características desses indivíduos que se associam aos empreendimentos coletivos mapeados, visando compreender melhor a dinâmica da atuação subjetiva nessas experiências. Para isso, foi realizada uma pesquisa por amostragem, com 2.895 sócios e sócias dos empreendimentos econômicos solidários mapeados (em quinze Unidades da Federação, nas cinco regiões brasileiras), que foi a campo entre junho e setembro de 2013. O levantamento das informações se deu mediante aplicação de um questionário na amostra, totalizando 115 questões, que abrangeram, além de características pessoais e da unidade domiciliar, as distintas dimensões referentes às condições de vida ou de trabalho nos EES.[5]

Os resultados dessa rodada de entrevistas são utilizados como base para este texto. O objetivo neste trabalho foi elaborar um diagnóstico mais geral sobre a realidade social e ocupacional dos indivíduos que aderem a iniciativas de trabalho e renda sob a ótica da economia solidária, além de tentar identificar algumas tendências desse processo no decorrer do tempo, discutindo as nuances da prática laboral nos EES e seu efeito sobre as condições laborais dos indivíduos que a eles se incorporam. Para a filtragem das informações, foi considerada a principal ocupação dos sócios de EES durante sua atividade de trabalho.

Os relatos apresentados apoiam-se em análises descritivas de variáveis (questões), de abrangência nacional, resultantes das 2.985 entrevistas da amostra de sócios de empreendimentos econômicos solidários registrados na segunda rodada de mapeamento do Sies. Essas descrições são relevantes para a compreensão das condições sociolaborais dos sócios desses empreendimentos no Brasil, complementando as informações levantadas sobre as condições socioestruturais dos EES, já apresentadas no capítulo anterior.

5. Para um melhor detalhamento metodológico, bem como para conferir o questionário da pesquisa Sies sobre sócios e sócias de EES, ver Kuyven (2016). Os dados podem ser acessados em: <https://bit.ly/36t7Aep>.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O termo *economia solidária* envolve a busca de novas formas de relação econômica entre os trabalhadores, tendo como princípios orientadores a democracia, a cooperação e a autogestão na condução das distintas atividades econômicas, com vistas a gerar melhores condições de trabalho e qualidade de vida aos indivíduos envolvidos e suas famílias. As experiências de organização econômica sob esses princípios têm origem e motivações diversas, sendo materializadas por meio de cooperativas de produção e/ou de consumo; cooperativas de prestação de serviços; clubes de troca; autogestão de empresas recuperadas pelos trabalhadores; cooperativas de crédito; projetos comunitários de produção de itens variados; associações de pequenos agricultores (acesso ao crédito, produção, comercialização, uso de máquinas), grupos e microempresas informais, entre outros.

Tais experiências, organizadas como associações ou cooperativas, formais ou não, constituem a célula básica da economia solidária. Originam-se de iniciativas dos próprios trabalhadores, frequentemente com o apoio de instituições sociais comprometidas com o enfrentamento da exclusão social – igrejas, sindicatos, universidades, organizações não governamentais (ONGs), governo etc. (Singer, 2002; Gaiger, 2003; Silva, 2010; 2016; 2018a; 2018b).

A economia solidária emergiu para preencher vazios econômicos abertos, sobretudo após a conjuntura histórica de estagnação econômica, em paralelo com uma crise de financiamento do Estado, vivenciada a partir dos anos 1980 e que se aprofundou nos anos 1990. Ainda assim, há registros da existência de práticas que comungam das mesmas diretrizes em períodos bem anteriores, em paralelo ao movimento cooperativista, o qual remonta ao final do século XIX (Kuyven, 2016).

Uma de suas características habituais é a preexistência de alguma relação social entre seus membros, ou pelo menos entre boa parte deles, seja por já dividirem outros ambientes de trabalho, seja por serem pequenos agricultores de uma mesma localidade, ou vizinhos, familiares, ou até por pertencerem a um mesmo grupo étnico. Dessa forma, a economia solidária tem como singularidade a capacidade de gerar novas perspectivas para populações mais pobres ou submetidas a situações de vulnerabilidade social, retirando-as do isolamento, reforçando sua autoconfiança e suas habilidades (Guimarães, 2011).

Para Kuyven (2016), mais do que uma reação ao desemprego, os EES representariam a escolha ousada por um novo tipo de inserção no mundo do trabalho. Desse modo, a economia solidária não constitui propriamente uma via convencional ou meramente defensiva, mas surge de forma convidativa ao conquistar aderentes, seja pelos exemplos práticos que apresenta, seja pelas facilidades (ou atenuantes das dificuldades) e garantias que seus propagadores oferecem (tais como as chamadas entidades de apoio e fomento e os agentes de políticas públicas); ou seja, porque essa alternativa faz muito sentido para os indivíduos, na medida em que responde às suas aspirações primordiais e suas predisposições a empreender coletivamente.

Contudo, embora haja primazia do econômico no que concerne à necessidade imperiosa de geração de renda a um amplo contingente de pessoas que buscam superar situações diversas de vulnerabilidade, a perspectiva da economia solidária também traz em sua prática um elemento político bastante crítico. Esse elemento se manifesta de diferentes formas na prática dos trabalhadores em seus empreendimentos. Primeiramente, há uma tentativa de mobilizar os associados para outras questões de natureza comunitária que são vivenciadas em algum grau por todos os associados, tais como: moradia, infraestrutura básica, segurança, oferta de serviços de saúde e educação, transporte, alternativas de lazer, entre outras questões que são fundamentais para a sociabilidade e a reprodução social de suas famílias. Outro elemento refere-se a uma reflexão permanente tanto sobre a realidade social geradora da situação de vulnerabilidade em que se encontram, quanto sobre a importância de se pensar a sua prática (individual e coletiva) na construção de uma nova realidade desejada. Para isso, torna-se fundamental a parceria com entidades externas que auxiliem nesse processo formativo e reflexivo (Silva, 2016).

Ademais, o próprio sistema de trabalho, engendrado nos empreendimentos sob o paradigma da autogestão dos meios e processos de produção e legitimado a partir de um acordo coletivo, pode ser entendido como uma *tecnologia social* (Fraga, 2011), uma nova *pedagogia da produção associada* (Novaes e Castro, 2011), como estratégia alternativa de desenvolvimento que "permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriado segundo a decisão do coletivo" (Dagnino, 2010, p. 210).

Nesse sentido, é possível afirmar que a economia solidária surge e se fundamenta com base em um conjunto bastante heterogêneo de práticas sociais e comunitárias, no qual os diferentes atores que a compõem se inserem com base em uma multiplicidade de motivações, tornando inviável a definição de uma identidade unitária entre o público que se conecta a essas práticas. Ainda assim, é possível e até mesmo necessário o desenvolvimento de instrumentos que busquem apreender mais sobre a realidade vivida por esse público em seus empreendimentos, no intuito de levantar novas pistas e novas hipóteses sobre a realidade social que os envolve. A seção seguinte tenta avançar um pouco nesse desafio.

3 CARACTERÍSTICAS SOCIOLABORAIS DOS ADERENTES AOS EES

3.1 Características gerais dos associados

Como informado anteriormente, a amostra foi composta por 2.895 sócios e sócias de EES, de quinze estados, compreendendo todas as regiões brasileiras, obtida de forma aleatória e representativa do total mapeado pelo Sies. Desse conjunto, 54,4% são homens e 45,6%, mulheres, algo bem próximo aos valores apurados

pelo mapeamento do Sies (56% e 44%, respectivamente). Sob o aspecto racial, mais da metade dos sócios que participaram das entrevistas são negros, mulatos ou pardos (57,4%), enquanto os que se afirmaram brancos representam 38,5%.

Vale destacar, ainda, que 13,7% são assentados de reforma agrária, e 13,3% afirmaram integrar alguma comunidade tradicional. Destes, a maior parte são pescadores artesanais, mas também há a presença de quilombolas, comunidades de terreiro, indígenas, ribeirinhos, caboclos e extrativistas. Essa informação tem sua relevância devido ao fato de que, dado o seu caráter associativo de organização do trabalho, a prática da economia solidária permite a essas pessoas a oportunidade de continuarem vinculadas ao seu modo tradicional de vida, garantindo os seus direitos territoriais, socioeconômicos, ambientais e culturais e valorizando suas identidades e instituições.

Quanto à idade, a média apurada entre aqueles que responderam à pesquisa foi de 46 anos, com desvio-padrão de 13 anos, o que demonstra a tendência da presença de pessoas mais experientes na economia solidária (65,3% da amostra é de pessoas com mais de 40 anos de idade).[6] Por sua vez, a proporção de associados jovens de até 20 anos e de adultos entre 20 e 30 anos é baixa, 2,1% e 11,7%, respectivamente. Já a idade média com que os sócios entrevistados iniciaram sua atuação nos EES foi 36 anos, o que demonstra ser também uma inserção já em fase madura da vida laboral.

Os sócios da amostra residem majoritariamente na zona rural, com 59,9% dos respondentes, contra 40,1% dos residentes em áreas urbanas, revalidando a presença expressiva da agricultura familiar na economia solidária. Em termos regionais, houve predominância de entrevistas nos estados da região Nordeste, com 42% do total.

Apenas 10,7% dos entrevistados alcançaram uma escolarização que vai além do ensino médio ou similar, revelando um indicador de escassa escolaridade entre os associados em geral, dado que 63,5% afirmaram possuir no máximo o ensino fundamental.[7] A tabela 1 apresenta a síntese das informações discutidas nesta seção.

6. O sócio entrevistado mais novo tinha 14 anos e o mais velho, 96 anos.

7. Sob o critério de alfabetização, apenas 65% da amostra afirma saber ler sem dificuldade, outros 27% leem, mas com dificuldade, e 8% não sabem ler.

TABELA 1
Características sociais dos associados dos EES

Característica	Categorias	Amostra (%)
Gênero	Masculino	54,4
	Feminino	45,6
Raça/cor	Negro, pardo ou mulato	57,4
	Branco	38,5
	Amarelos ou ainocos	1,6
	Indígenas	1,2
	Caboclos ou cafuzos	1,2
Região	Nordeste	42,0
	Sul	19,4
	Centro-Oeste	16,5
	Sudeste	10,9
	Norte	11,2
Localização da residência	Rural	59,9
	Urbana	40,1
Faixa de idade	Até 20 anos	2,1
	Mais de 20 a 30 anos	11,7
	Mais de 30 a 40 anos	20,9
	Mais de 40 a 50 anos	26,7
	Mais de 50 a 60 anos	23,1
	Mais de 60 a 70 anos	12,4
	Mais de 70 anos	3,1

Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária. Disponível em: <https://bit.ly/3ecKzik>. Acesso em: 23 set. 2020.
Elaboração dos autores.

3.2 Características do trabalho nos EES

O trabalho exercido nos empreendimentos coletivos mapeados pelo Sies possui relevância significativa na reprodução social dos indivíduos que os integram. De acordo com os dados da pesquisa, cerca de um terço dos associados (34,1%) chegou a afirmar que sua renda não depende do EES, mas outros 33,1% disseram que a atividade representa uma complementação de renda familiar, e 29,7% afirmaram ser sua principal ou única fonte de renda.[8] Ademais, a grande maioria dos associados entrevistados (80,7%) trabalha de modo permanente no EES, enquanto 8,7% trabalham em regime temporário; 6,5%, sazonalmente; e 3,6%, de forma eventual.

8. Ainda no tocante à renda, em outra análise sobre os dados do Sies, Gaiger (2014) identificou que são poucos os sócios que, tendo ultrapassado a condição laboral ativa em relação a alguma ocupação anterior, gozam de proventos de aposentadoria ou pensões (6,9%).

Devido a toda essa heterogeneidade de formas de inserção em seus EES, a averiguação da renda mensal dos sócios é algo difícil de realizar. Os dados indicam que há uma considerável variação no número de horas trabalhadas. Consequentemente, há também uma situação de forte disparidade de rendimentos entre grupos. Mesmo assim, é possível fazer algumas reflexões em cima dos números disponíveis. Em 2013, a renda mensal dos sócios pesquisados foi declarada de forma que 1,2% não possui nenhum rendimento e 20,6% tem renda de até 0,5 salário mínimo – SM (valor corrente de 2013, fixado em R$ 678,00). Aproximadamente metade dos sócios (48,2%) obteve rendimento entre 0,5 e 2 SMs, e 18,6% têm rendimento acima de 2 SMs.

Entre os sócios que declaram número de horas trabalhadas e renda auferida com o trabalho, a média observada foi de 38 horas de trabalho por semana, com rendimento médio (exclusivo do trabalho) de R$ 1.473,42. Assim, considerando o mês com 4,5 semanas, o valor/hora médio dos trabalhadores examinados foi de R$ 8,63. É possível, ainda, identificar algumas variações nesses valores. Se forem observados somente os homens, o valor/hora médio foi de R$ 9,97, enquanto para as mulheres essa média fica em R$ 6,65; os homens têm um valor/hora de trabalho 49,9% maior que as mulheres no âmbito dos EES da amostra. Entre brancos e não brancos, a discrepância é mais intensa: o valor/hora de pessoas que se declararam brancas é de R$ 11,44 e o de outras cores/raças declaradas foi de R$ 6,18; e os declarados brancos têm valor/hora 85,1% acima dos não brancos. Essas discrepâncias refletem, portanto, parte das dificuldades culturais vivenciadas por mulheres e pessoas negras ou pardas no contexto geral do mercado de trabalho no país.

Ainda assim, Kuyven (2016) identificou, a partir da mesma base de dados, utilizando regressões estatísticas, tendência de melhores rendimentos nos EES em relação ao mercado de trabalho em geral, sobretudo entre sócios de segmentos desfavorecidos, tanto no meio rural como no urbano. Segundo a autora, esses achados demonstram a efetividade real e potencial das políticas públicas e dos apoios direcionados aos grupos mencionados para fins de geração de trabalho e renda. Contudo, como problematizado por Silva e Kappes (2016), dada a alta informalidade dos empreendimentos ou mesmo no caso das cooperativas, os trabalhadores estão, em sua maioria, desassistidos pela legislação trabalhista e previdenciária de que dispõem os assalariados com registro em carteira de trabalho. Para que os sócios dos EES decidam ter acesso aos mecanismos tradicionais de seguridade social, precisam realizar contribuições ao Tesouro Nacional como trabalhadores autônomos ou, então, prever a utilização de parte das sobras para a formação de fundos contábeis que garantam alguns benefícios aos associados, como o pagamento de 13º salário, por exemplo – mas esta alternativa só é viável em empreendimentos mais consolidados, com fluxo de receita maior que permita essa destinação.

Em termos de tempo de vinculação ao EES, os dados apontam que os ingressos tendem a ser mais escassos nos anos mais longínquos, o que é compreensível dado o ciclo de vida dos empreendimentos. Mais da metade dos associados (51,1%) está vinculada aos seus respectivos EES há pelo menos dez anos, o que demonstra ser congruente com o processo de evolução gradativa dos EES nos anos recentes, cujo ponto culminante se dá na primeira década dos anos 2000. Essa coerência se confirma, inclusive, quanto ao pico de ingressos ocorrido em 2006, ano intermediário do triênio 2005-2007, durante o qual um número maior de EES começou suas atividades, de acordo com os dados do Sies (Gaiger, 2014).

No tocante à atividade econômica exercida coletivamente pelo EES no qual o sócio informante atua, há predominância da atividade de aquisição de matéria-prima (67,5%), seguida de comercialização[9] (54,6%) e de produção[10] (39,8%). As demais respostas envolvem, por ordem decrescente: consumo[11] e/ou uso de infraestrutura[12] (22,7%); prestação de serviços a terceiros (22,4%); troca de produtos/serviços (17,5%); e finanças solidárias[13] (7,5%).

Quanto às atividades desempenhadas pelos sócios no cotidiano operacional dos EES, os principais itens citados foram: comercialização de produtos de sua unidade econômica familiar ou individual (46,5%); trabalho remunerado na produção, na prestação de serviços ou na administração do EES (17,1%); e consumo ou uso de infraestrutura, bens ou serviços coletivos (16,5%).

Vale ressaltar que, nas atividades de comercialização, predominam produtos da atividade agropecuária (milho, mandioca, feijão, arroz, frutas, hortigranjeiros, derivados do leite, bovinos, derivados do mel etc.), seguidos por produtos artesanais (crochê, bordados, biojoias, geleias etc.). Quanto ao trabalho na produção ou prestação de serviços, as ocupações mais citadas relacionam-se à coleta e à seleção de materiais recicláveis, ao trabalho agrícola e agropecuário, a costura e confecções e aos serviços gerais ou de transporte.

Em um cruzamento dessas informações, realizado por Gaiger (2014), foi identificado que a importância da renda auferida no EES e o tipo de atividade realizada variam de acordo com a categoria profissional dos associados. Para 28,0% dos agricultores, os EES proveem a renda principal, sendo a comercialização a sua atividade mais comum (53,3%). Entre os artesãos, a grande maioria comercializa

9. Inclui a organização da comercialização, como a promoção de feiras e postos coletivos de venda.

10. Inclui processamento, beneficiamento, coleta, reciclagem e fabricação de produtos.

11. O EES presta serviços não financeiros ou fornece produtos aos sócios, tais como: cooperativas de consumo, habitacionais, de eletrificação etc.

12. O EES disponibiliza e/ou organiza o uso de bens ou espaços físicos para os sócios: prédios, armazéns, sedes, lojas, pasto, tratores e implementos agrícolas etc.

13. Inclui atividades de poupança e crédito, podendo ser operacionalizados por cooperativas de crédito, bancos comunitários de desenvolvimento e fundos rotativos. Para mais informações sobre finanças solidárias, ver Silva (2017a).

seus produtos nos EES (77,3%), obtendo, assim, a renda principal em 42,1% dos casos. Já os catadores de material reciclável dependem basicamente desta atividade para obterem sua renda principal (92,9%).[14] A tabela 2 traz a síntese das informações apresentadas nesta subseção.

TABELA 2
Características relacionadas ao trabalho dos sócios nos EES

Característica	Categorias	Amostra (%)
Regime de dedicação ao trabalho	Permanente	80,7
	Temporário	8,7
	Sazonal	6,5
	Eventual	3,6
Importância do EES para a renda familiar do sócio	A renda não depende do EES	34,1
	Complementação de renda	33,1
	Fonte principal ou única de renda	29,7
	Outra	3,1
Classes de renda mensal dos sócios entrevistados	Sem rendimentos	1,2
	Até 0,5 SM	20,6
	Mais de 1,5 até 1 SM	22,9
	Mais de 1 até 2 SMs	25,3
	Mais de 2 até 3 SMs	8,5
	Mais de 3 até 5 SMs	4,8
	Mais de 5 até 10 SMs	3,5
	Mais de 10 até 20 SMs	1,2
	Mais de 20 SMs	0,6
	NS/NR[1]	11,4
Ano em que começou no EES	Até 1989	4,5
	De 1990 a 1995	7,0
	De 1996 a 2001	19,2
	De 2002 a 2004	14,8
	De 2005 a 2007	19,3
	De 2008 a 2010	18,2
	De 2011 a 2013	11,4
Atividades realizadas de forma coletiva no EES em que o sócio atua	Produção	39,8
	Comercialização	54,6
	Prestação de serviços	22,4
	Troca de produtos/serviços	17,5
	Poupança, crédito, fundo rotativo	7,5
	Consumo/uso de infraestrutura	22,7
	Aquisição de matéria-prima	67,5

(Continua)

14. Para uma caracterização da atividade dos catadores de material reciclável no Brasil sob a ótica da economia solidária, ver Silva (2017b).

(Continuação)

Característica	Categorias	Amostra (%)
	Troca de produtos/serviços	1,3
	Comercialização de unidade de produção	46,3
Principal atividade do sócio no EES	Trabalho remunerado	17,1
	Poupança, crédito, fundo rotativo	1,5
	Consumo ou uso/infraestrutura	16,5

Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária. Disponível em: <https://bit.ly/3ecKzik>. Acesso em: 23 set. 2020.
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Não sabe/não respondeu.

3.3 Características ocupacionais dos associados

As análises iniciam-se pela tabulação por grupo de ocupação durante a vida de trabalho dos entrevistados. A tabela 3 mostra que 56,0% dos sócios da pesquisa tiveram, na maior parte da sua vida, ocupações rurais, sendo a maioria classificada como produtores agrícolas polivalentes ou trabalhadores volantes da agricultura. Pessoas que trabalharam durante a vida como empregados domésticos ou serviços gerais de limpeza aparecem como a segunda situação mais frequente na amostra. Esses trabalhadores ocupam postos comumente de baixa remuneração. O terceiro grupo surpreende por não aparecer na literatura como um caso frequente da economia solidária: são os professores. Esses profissionais correspondem a 4,5% da amostra de sócios entrevistados. A frequência dos professores é praticamente a mesma que a de pescadores e artesãos, os quais são o quarto e o quinto grupo mais frequente, porém já reconhecidos como trabalhadores típicos desse movimento social.

Depois dos cinco grupos já citados, todos os outros aparecem com menos de 3% de frequência, confirmando, mais uma vez, a extensão variada da abrangência da economia solidária no Brasil. Ainda se mantêm acima de 2% os seguintes grupos: comerciantes (geralmente vendedores sem estabelecimento fixo), donas de casa e trabalhadores de funções administrativas e auxiliares dessas atividades.

Aqueles que se dizem catadores e recicladores como principal ocupação antes de ingressarem no EES compreendem 1,9% dos sócios (apesar de 5% dos sócios fazerem parte dessa categoria em 2013, período das entrevistas). Isso é coerente pelo fato de essa categoria de trabalho ser considerada mais recentemente quando comparada com a maioria das outras respostas dadas para esta questão: entre os atuais trabalhadores dessa categoria, mais da metade teve outra ocupação principal durante a vida.

Ainda aparecem, em menores proporções, sócios que, durante a vida, estiveram trabalhando com confecção e costura ou que foram operadores ou técnicos de indústrias. A costura é uma ocupação típica das mulheres, enquanto a operação de máquinas na indústria, típica dos homens. A tabela 3 sintetiza essas informações.

TABELA 3
Ocupação principal que os sócios exerceram durante a vida de trabalho

Ocupação	Registro	Percentual
Trabalhador rural, agricultor, agropecuária, leite, apicultor etc.	1.621	56,0
Empregado doméstico (diarista, faxina, serviços gerais, cuidadores etc.)	153	5,3
Professor	130	4,5
Artesão	129	4,5
Pesca (peixes, marisco, camarão etc.)	122	4,2
Comerciantes e vendedores ambulantes	83	2,9
Dona de casa (do lar)	69	2,4
Funções administrativas e auxiliares (gerência, secretaria etc.)	62	2,1
Catador/reciclador	56	1,9
Costura e confecções	51	1,8
Operador/técnico na indústria	41	1,4
Atendentes no comércio e serviços	39	1,3
Cozinheiro, padeiro, confeiteiro etc.	38	1,3
Funcionário público administrativo ou eletivo	35	1,2
Trabalhos na comunidade/assistência social e saúde comunitária	32	1,1
Construção civil, pedreiro, servente de obra etc.	32	1,1
Motoristas e moto-taxistas	31	1,1
Outros (frentista, chaveiro, bicos etc.)	28	1,0
Artistas (pintores, atores, fotógrafos etc.)	20	0,7
Agropecuária – serviços técnicos e administrativos	19	0,7
Enfermeiros e afins	15	0,5
Segurança pública ou privada	15	0,5
Marcenaria em geral e pequenas embarcações	14	0,5
Não declarou	11	0,4
Nunca trabalhou	10	0,3
Estudantes	9	0,3
Administração ou auxiliar de administração em educação	9	0,3
Serviços técnicos	8	0,3
Cabelereiro/manicure	8	0,3
Trabalhador em frigoríficos/açougues	5	0,2
Total	**2.895**	**100,0**

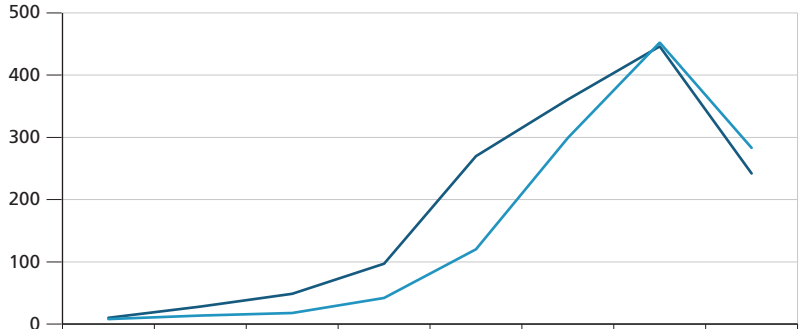
Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária. Disponível em: <https://bit.ly/3ecKzik>. Acesso em: 23 set. 2020.
Elaboração dos autores.

As sócias mulheres, quando observada a principal ocupação durante a vida, surgem de forma destacada ante os homens em atividades como ensino, confeitaria, costura, enfermagem, atendentes no comércio, catadoras de materiais recicláveis, vendedoras ambulantes, empregadas domésticas/diaristas, donas de casa, artesãs e prestadoras de assistência comunitária. Há muitas mulheres na agricultura familiar e na pesca, porém elas correspondem a um terço dos sócios desse grupo. Se for observada a entrada mais recente das mulheres na economia solidária, a partir de 2010, a presença de mulheres trabalhadoras da agricultura ainda é maior, porém com forte declínio em relação ao período 2005-2009. As mulheres que se tornaram sócias mais recentemente nos EES, de maneira a elevar sua participação em relação aos períodos anteriores, são aquelas oriundas de empregos domésticos, donas de casa, atendentes no comércio e serviços de assistência comunitária.

Já os homens vêm de ocupações variadas, sobressaindo, em comparação às mulheres, em atividades como agricultura familiar, serviços técnicos e administrativos na agropecuária, pesca, construção civil, marcenaria, segurança, artistas, motoristas e operadores e técnicos na indústria. A partir de 2010, da mesma forma que as mulheres, ainda é maior a entrada de trabalhadores da agricultura, mas também com declínio bastante acentuado em relação ao período 2005-2009. As ocupações que, entre os homens, aumentaram a participação em relação aos períodos anteriores, a partir de 2010, são motoristas (e mototaxistas), artesãos, catadores de materiais recicláveis e técnicos administrativos da agropecuária.

Por fim, o gráfico 1 indica o fluxo de inserção de homens e mulheres nos EES mapeados, em todas as ocupações. Percebe-se que a entrada das mulheres reflete a própria inserção deste segmento populacional no mercado de trabalho em geral, de modo que, embora a quantidade de sócios homens seja superior ao de mulheres, há uma taxa de inserção maior de mulheres nos últimos anos. No conjunto de sócios pesquisados (todos em 2013), os homens iniciaram em maior número até 2004 e empataram com as mulheres entre 2005 e 2009; desde então, entrou nos EES um número maior de mulheres. Tal resultado indica uma tendência de aumento da participação das mulheres, em comparação aos homens, na economia solidária em anos mais recentes, sobretudo em EES com número menor de associados, levando à diminuição dessa diferença.

GRÁFICO 1
Entrada dos sócios e sócias nos EES



	1968-1979	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1999	2000-2004	2005-2009	2010-2013
Homens	10	28	49	97	270	361	446	242
Mulheres	8	14	18	42	120	299	452	283

Fonte: Atlas Digital da Economia Solidária. Disponível em: <https://bit.ly/3ecKzik>. Acesso em: 23 set. 2020.
Elaboração dos autores.

Se verificarmos o ano médio de entrada desse conjunto de associados em EES, os trabalhadores rurais, que representam 56% do total da amostra, são os que, em média, estão há mais tempo em atividade. Ou seja, eles aparecem em primeiro lugar em termos de aderência aos EES no Brasil, situando-se o ano de 2002 como ano médio de entrada dos sócios atuais que possuem essa ocupação. Logo em seguida, aparecem os trabalhadores da pesca (a média de ano de entrada dos sócios no EES aproxima-se de 2003). Esses são os grupos tradicionalmente apontados na literatura sobre economia solidária no Brasil. Foi para eles que a associação coletiva apareceu, há mais tempo, como alternativa de melhoria das condições de vida e trabalho.

Vale ressaltar que os dados do Sies já chamaram a atenção de Gaiger (2014) sobre a predominância de associações e de atuação no espaço rural entre os EES que surgiram antes de 1990. Um elemento explicativo para este pioneirismo apontado como vantagem para os agricultores familiares foi o modo de produção familiar, dada a sua natureza coletiva, tanto no âmbito do núcleo familiar como no da comunidade circundante. Neste modo de produção familiar, as práticas de ajuda mútua são recorrentes, alimentando a noção compartilhada de projeto coletivo.

Outro grupo com longevidade média na economia solidária relativamente alta é o dos pescadores artesanais. A atividade da pesca artesanal também apresenta uma história de associativismo de longa data, fortemente marcado pela informalidade, passando a ter apoio governamental em períodos mais recentes (Búrigo, Cazella e Capellesso, 2011). A associação entre pescadores artesanais decorre, naturalmente, do tipo de atividade que exercem, a qual geralmente os obriga a trabalharem entre companheiros na etapa principal. Esses trabalhadores atuam na proximidade da

costa, dos lagos e dos rios. De acordo com o apoio externo, passaram a se organizar coletivamente também na comercialização de seus produtos, atividade que atualmente é a mais citada por eles como atividade coletiva (66% afirmam ser esta sua principal atividade econômica nos EES).

Após os trabalhadores rurais e os pescadores, foram inserindo-se na economia solidária professores, técnicos ou operadores industriais, enfermeiros, auxiliares da área da educação, assistentes sociais e de saúde comunitária, além dos artesãos. Esse grupo tem ano médio de adesão aos EES durante 2003 até meados de 2004.

A partir de 2005, muitas atividades profissionais passaram também a se fazer presentes na economia solidária. Atividades como segurança, artistas, cozinheiros, confeiteiros, auxiliares administrativos, costureiros e serviços técnicos tiveram 2005 como ano de aderência aos EES, em média. O ano de 2006 aparece como período de aderência das donas de casa, dos pedreiros e dos trabalhadores da construção civil, dos comerciantes ambulantes e dos técnicos da agropecuária. Em seguida, com ano médio de entrada em 2007, chegam os motoristas, os marceneiros, os empregados domésticos e os atendentes do comércio.

Aqueles que descrevem como principal ocupação a reciclagem de resíduos sólidos têm 2008 como ano médio de entrada na economia solidária, sendo que metade dos sócios desse grupo entrou em seus respectivos EES a partir de 2009. Trata-se de um grupo de pessoas que vem encontrando, mais recentemente, na economia solidária um espaço de atuação emancipatório, e, por isso, aderem às cooperativas fundadas e administradas por sua própria categoria, além de contarem com alguns tipos de apoio tanto do governo quanto de entidades da sociedade civil (Silva e Schiochet, 2013; Silva, 2017b).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão, de caráter exploratório, empreendida neste capítulo sobre as condições sociolaborais dos trabalhadores aderentes a empreendimentos de economia solidária no Brasil demonstrou de forma panorâmica o quão diversas são as formas de inserção e atuação coletiva nos EES: alguns atuam na produção de bens e serviços, outros se juntam apenas para realizar a comercialização; em alguns casos, ainda, o EES é um espaço exclusivo para se realizarem trocas ou o fornecimento de serviços macrofinanceiros. Ou seja, há distintos modos de desempenhar as relações associativas propostas no âmbito da chamada economia solidária. Essa diversidade organizacional permite, por sua vez, a utilização da força de trabalho de maneira condizente com as demais necessidades da vida social dos seus integrantes, dadas as condições conjunturais vividas entre os grupos pesquisados. Isso pode ser, por exemplo, um dos fatores explicativos para o crescimento do número de mulheres que aderiram à essa modalidade ao longo dos anos.

De maneira geral, foi possível identificar que os trabalhadores pesquisados, embora inseridos em atividades de baixo valor agregado, conseguem, pela mobilização dos esforços coletivos, gerar ambientes de negócio que preenchem um vazio em termos de geração de renda, cujo resultado é de grande valia para sua sobrevivência familiar.

Contudo, a economia solidária, como um todo, ainda carece de uma série de avanços estruturais que proporcionem melhores oportunidades de desenvolvimento de seus empreendimentos, para que ela se consolide, cada vez mais, como alternativa econômica para os mais diversificados segmentos da sociedade, como no caso dos jovens, que ainda são bastante sub-representados nas iniciativas em curso.

Nesse sentido, bases de dados como o Atlas Digital da Economia Solidária, desenvolvida pelo Sies, são de grande importância para a realização de pesquisas e diagnósticos que levem a uma melhor e mais aprofundada compreensão da realidade social vivida na prática por esse amplo contingente de trabalhadores envolvidos nessas experiências práticas espalhados pelo país. De porte desse tipo de análise, é possível orientar tanto sobre as possibilidades de organização desses empreendimentos para alcançar melhores resultados econômicos quanto no desenho de intervenções e programas governamentais de apoio a questões específicas de seu funcionamento. As tabulações e as análises apresentadas neste texto revelam apenas um esforço inicial nesse sentido entre as inúmeras possibilidades de exploração que esses dados fornecem a pesquisadores das mais diversas áreas de conhecimento.

REFERÊNCIAS

BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J. Redes de cooperação e inovações financeiras em territórios de pesca. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambú, Minas Gerais. **Anais**... Caxambú: Anpocs, 2011.

CUNHA, G. C. **Outras políticas para outras economias**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: Komedi, 2010.

FRAGA, L. S. Autogestão e tecnologia social. *In*: BENINI, E. A. *et al*. **Gestão pública e sociedade**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. v. 1.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, 2003.

_____. **Economia solidária**: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GUIMARÃES, A. Q. Iniciativas para a promoção de emprego e renda: políticas públicas, economia solidária e desenvolvimento local. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 313-338, 2011.

KUYVEN, P. S. **Efeitos da economia solidária sobre a geração de renda e a redução da pobreza**: um estudo de dados nacionais. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

NOVAES, H.; CASTRO, M. P. Em busca de uma pedagogia da produção associada. *In*: BENINI, E. A. *et al*. **Gestão pública e sociedade**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. v. 1.

SILVA, S. P. A economia solidária e os desafios da gestão pública. **Revista Outra Economia**, v. 4, n. 7, p. 62-82, 2010.

_____. Entidades de apoio e fomento à economia solidária no Brasil: uma análise exploratória. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, v. 61, 2016.

_____. **Economia solidária e finanças de proximidade**: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. Brasília: Ipea, 2017a. (Texto para Discussão, n. 2270).

_____. Reciclagem e economia solidária: análise das dimensões estruturais dos empreendimentos coletivos de catadores no Brasil. **Revista Política e Trabalho**, v. 46, p. 229-249, 2017b.

_____. **Laços na diversidade**: análise da trajetória de construção do movimento social de economia solidária no Brasil. Brasília: Ipea, 2018a. (Texto para Discussão, n. 2367).

_____. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil**: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. Brasília: Ipea, 2018b. (Texto para Discussão, n. 2361).

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília: Ipea, 2016.

SILVA, R. M.; SCHIOCHET, V. Economia solidária no plano Brasil sem Miséria: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 54, 2013.

SILVA, D. N.; KAPPES, S. A. Economia solidária, informalidade e direitos trabalhistas. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 61, 2016.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, B. D. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.